

# Diálogos com Paulo Freire em Juazeiro, Bahia: recordações de abril de 1983

*Luiz Gonzaga Gonçalves*<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste trabalho retomo, depois de mais de trinta anos, uma semana de estudos na qual participei, com educadoras e educadores, sob a coordenação de Paulo Freire, em Juazeiro, Bahia, em abril de 1983. Os estudos em Juazeiro levavam em conta um contexto marcado por secas, lutas sociais, crenças e aspirações por justiça e cidadania, e próximo do fim da Ditadura Civil-Militar Brasileira. Na época, os movimentos populares e os trabalhos de base acumulavam força. Durante a semana de estudos, examinamos as práticas educativas e os enfrentamentos políticos contra os senhores que detinham o poder político, grandes extensões de terras, o comércio e as escolas. Freire, como cidadão do mundo, apresentou verdadeiros casos bem sucedidos, experimentados na Guiné-Bissau, na Alemanha, dentre outros países. Nesses casos, o que prevalecia era a versatilidade da inteligência humana, com sua capacidade de propor soluções e de chegar, criativamente, a decisões acertadas. Os casos trazidos por Freire foram decisivos para que pudéssemos, aos poucos, aprender a lidar com situações problemáticas inéditas.

**Palavras-chave:** Anos 80; Educação popular; Diálogo de saberes; Aprender

*Suas palavras dizem o que nós sabíamos, mas elas paradoxalmente transcendem o que sabíamos e transcendem a si mesmas na busca de novos significados. (STRECK, 1983)*

## **A pastoral diocesana em Juazeiro, Bahia e a educação popular na década de 1980.**

Este texto quer ser uma espécie de exercício de memória acerca de uma experiência de educação popular, vivida intensamente, na década de 1980. A experiência acontecida no sertão da Bahia, num contexto marcado por secas, lutas sociais emergentes, crenças e aspirações crescentes por justiça e cidadania. Exatamente no mês de abril do ano de 1983, quando algumas das vitórias dos movimentos populares eram promessas palpáveis, que surgiam em torno das Comunidades Eclesiais de Base, na Diocese de Juazeiro, éramos uns 20

---

<sup>1</sup> Professor, Doutor, do Departamento de Fundamentação da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB.

educadores(as) que tivemos uma semana de estudos com Paulo Freire, no Centro de Treinamento Diocesano, em Carnaíba. Foi um tempo precioso para examinarmos as práticas educativas e os enfrentamentos políticos acirrados contra os senhores detentores do poder político, grandes extensões de terras, o comércio e as escolas. Foi nesse contexto que Dom José Rodrigues tomou a iniciativa de levar Paulo Freire a Juazeiro, Bahia, em vista dos desafios inéditos que alcançavam a pastoral social diocesana.

Desenvolvo esta apresentação trazendo aos leitores, de modo sucinto, alguns detalhes importantes do trabalho de organização popular e dos desafios vividos no sertão nordestino, daquele período. O que se segue é motivado pelo desejo de partilhar algo que parece não envelhecer: os caminhos de busca para desencadear ações educativas engenhosas, capazes de usar astúcias da inteligência; senso de oportunidade a serviço da vida e da luta, contra as formas de opressão do humano sobre o humano. Paulo Freire desafiou-nos a aprofundar uma proposta educativa, decisivamente crítica e, ao mesmo tempo, criativa.

Os trabalhos de Educação Popular no Brasil, após o Golpe militar de 1964, aos poucos, retomam o que havia sido interrompido pela força das armas. No final da década de 1970, os movimentos populares e sociais traziam de volta um grande volume de iniciativas e de tentativas de respostas, frente às relações de saber e de poder, numa sociedade, marcada por extremas desigualdades e pelo cerceamento brutal dos direitos democráticos, promovida pela Ditadura Militar Brasileira.

Uma fração dos setores médios da sociedade, graças ao acesso a saberes humanista e científico da sociedade e pela relativa autonomia de suas instituições, vai ter um papel decisivo, quanto aos encaminhamentos político-pedagógicos, nos processos de organização e de mobilização social, a favor dos trabalhadores do campo, apesar do cerco da ordem instituída. As Igrejas históricas, especialmente a Igreja Católica com seus bispos e padres progressistas, com suas religiosas, com seus educadores, com sua teologia da libertação, com as universidades e seus intelectuais adquirirão um papel importante, nos processos de fortalecimento das iniciativas e das reivindicações populares.

Sabemos que as concepções dominantes de educação trabalham com o entendimento de que as gerações mais velhas, mais experientes, são aquelas que detêm saberes e, assim, propõem iniciativas para as gerações mais novas. No caso da educação popular, jovens educadores(as) que passaram pelos bancos das escolas e das universidades puderam experimentar uma inversão, nas trocas de saber entre as gerações. Esses educadores arriscaram servir aos trabalhadores(as) dos movimentos populares, das associações de moradores, das Comunidades Eclesiais de Base, das organizações sindicais e políticas, dentre outras.

Essa geração de jovens educadores(as) já contava com algumas elaborações teóricas, acumuladas antes de 1964, propícias a uma compreensão de que nos conteúdos educativos cruciais deveriam trabalhar as necessidades, dificuldades e esperanças das pessoas despertas para os processos de organização político-educativos. Mesmo assim, como quase não havia sistematizações anteriores, sobre iniciativas daquela natureza, era preciso submeter-se a uma experimentação inevitável e incorporar erros; era preciso aprender com a prática a serviço dos grupos populares.

Das experiências político-educativas, do final da década de 50 até 1964, tínhamos acumulado, também, uma consciência do abismo entre uma cultura humanista e científica, adequada aos espaços privilegiados de ensino, e uma cultura apropriada, basicamente, nas relações de saber, produzidas no mundo do trabalho manual e dos domínios da oralidade. Aprender na prática, a construir um diálogo de saberes, e adquirir sabedoria, para dar conta das diferenças culturais, eram exigências básicas, para percorrer um terreno desconhecido das trocas de saber, voltadas para fortalecer as organizações populares iniciantes.

Era interessante, tentar viver na prática o que Paulo Freire já havia explicitado em 1968, quando escreveu *Pedagogia do Oprimido* (1981, p. 123-24): um fazer educacional emancipador é atravessado por um esforço contínuo de investigação. Isso incluía atenção aos pormenores, ligados ao modo de expressão das pessoas, de sua linguagem, de seu repertório de palavras, de sua sintaxe. A expectativa permanente era a de captar as formas como os educandos, jovens e adultos, elaboravam seu pensamento. Essa concepção pedagógica defendia firmemente,

também, que os educandos, enquanto protagonistas da ação educativa, deveriam ser chamados a pronunciar-se sobre as buscas e a escolha dos conteúdos e temas formativos de seu interesse.

Uma contestação ao regime militar fortalecia no país propostas educativas voltadas para atender às pessoas jovens e adultas das classes populares, considerando-as, especialmente, como portadoras de saberes válido e de responsabilidades sociais que precisavam ser levados em conta. Possivelmente, a necessidade de avançar politicamente e ultrapassar as relações de saber, estagnadas nos domínios docentes, nos tenham levado a entender a educação e o aprender humano por ângulos, raramente experimentados nas tradições educativas dominantes. Nesse sentido, contar com a contribuição viva de Paulo Freire, no auge da seca que atingiu o sertão, desde 1979, e no calor das organizações populares, em fase de crescimento, era um momento de grande expectativa.

### **Desafios inéditos e alguns estranhamentos para o educador popular**

Estávamos ali certos de que não havíamos sido preparados para assumir uma tarefa educativa tão surpreendente. No meu caso, iniciei-me como educador e educando popular em 1980, quando vivi um mês numa comunidade rural extremamente empobrecida, do interior do município de Campo Alegre de Lourdes, território diocesano. Em seguida, em 1981, deixei São Paulo, Capital, tendo abandonado meu curso de Teologia e o grupo religioso ao qual pertencia. Decidi viver e trabalhar integrado ao serviço da pastoral diocesana, exatamente naquele município da Bahia, onde tinha feito minha experiência na zona rural.

Um objetivo maior inspirava as atividades da Diocese de Juazeiro, da qual eu passava a fazer parte. Este objetivo, inspirado na Conferência dos bispos, em Puebla, assim era expresso: "ajudar o povo a se organizar para viver e celebrar comunitariamente sua fé (...) para daí ter forças para reivindicar seus direitos" (CAMINHAR JUNTOS, 1982).

Isso acontecia num momento em que os militares viviam um esgotamento de sua aventura política de governar o país. Naquele momento, a sociedade brasileira

em sua organização, como sugeria Vinícius C. Brant (SINGER & BRANT, 1982, p. 25), provocava um descontrole na centralização extrema do poder. A sociedade, incluindo as populações pobres e marginalizadas do país, encontrava algum apoio para levantar sua voz, apesar das pautas de controle do poder dominante.

O meu ingresso se deu, portanto, em Campo Alegre de Lourdes, Bahia, num dos municípios mais distantes, da Diocese de Juazeiro. Via manifestar, ali, uma face desconhecida, praticamente invisível do meu país. Para começar, era preciso, de nossa parte, uma honestidade no sentido de assumirmos um desconhecimento inicial amplo das expressões comuns da vida, de trabalho, de convívio e de apropriação local de manifestações religiosas, de costumes, de crenças, de alianças entre iguais e destes com os que monopolizavam o poder local.

Também deve ser dito, não estávamos naquela região devido a alguma visão estratégica de transformação do país. Estávamos ali porque as pessoas do lugar, reunidas, pela sua fé, estavam demonstrando disposição para assumir sua parte como cidadãos participantes, como pessoas interessadas, em lutar para conseguir mais espaço de atuação e acesso aos recursos a que tinham direito, mas, ainda sem saber como alcançá-los.

Para nós, que vínhamos do Sudeste do país, a experiência cobrava uma atenção constante ao universo de vida, de pensamento próprio daquele contexto cultural. Apesar de falarmos a mesma língua, às vezes, os termos que utilizávamos comportavam conotações ambíguas. Por exemplo, ali não seria atraente convidar a pessoa a "ser sujeito de sua ação", isso porque localmente isso podia conotar, mais fortemente, a idéia de "ser sujeitado", subjugado por outro, diferente do que seria assumir a autoria de algo.

Aquele universo de cultura oral também apostava na intensidade da palavra proferida, no poder a ela conferido de, eventualmente, atrair malefícios onde é proferida. O risco era o de seu efeito recair sobre pessoas e ambientes, nos quais fossem, inadvertidamente, pronunciadas. Jamais proferi, por exemplo, a palavra 'desgraça'. Pude perceber o grande constrangimento causado quando o bispo, denunciando as injustiças sociais, utilizou o termo, considerado impróprio, num dos recintos familiares por nós visitados.

No início da década de 1980<sup>2</sup>, a energia elétrica ainda não havia chegado até a pequena cidade de Campo Alegre de Lourdes. As estradas ruins provocavam o isolamento da população, não havia água encanada, em nenhum lugar do município. As cisternas para coleta da água da chuva, através do telhado, eram escassas e domínio de famílias privilegiadas. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais estava nas mãos dos comerciantes locais e médios proprietários. Os mesmos não se identificavam com os interesses da maioria dos sócios. Enquanto isso, os trabalhadores rurais consideravam a política partidária como coisa suja, sendo, então, costume votar apenas para barganhar seus votos, por algo de interesse pessoal ou familiar. Nosso trabalho educativo tinha, então, como um dos objetivos "limpar" o terreno da política, para que as lideranças populares e as pessoas do lugar buscassem costurar uma nova cultura política, para uma condução dos interesses coletivos.

Até mesmo o sistema público de saúde era usado, pelos detentores do poder político e econômico local, como mais um mecanismo de fortalecimento de interesses particularistas. As escolas, também, eram utilizadas, como um meio de gerar dependência, nos povoados espalhados pelo município. Os professores que manifestassem opções políticas, não alinhadas com os interesses diretos dos que exerciam o poder executivo, estavam correndo sérios riscos de perder o emprego. Os índices de analfabetismo adulto na zona rural, daquele município, eram inaceitáveis para a década de 1980, lembravam os índices de analfabetismo do país, do início da República.

Uma atuação educativa, naquela região, exigia sensibilidade, atenção ao outro, desapego de certos procedimentos formais de ensino, inadequados às demandas locais. O trabalho exigia coragem porque, inevitavelmente, estávamos contrariando interesses da parte dos mais fortes do lugar, afinal, preparávamos os trabalhadores para partilhar responsabilidades e buscar acesso ao controle dos recursos públicos.

---

<sup>2</sup> Na década de 1980, a energia elétrica da sede do município era produzida por um gerador central, movido a óleo diesel.

### **Contribuições da semana de estudos com Paulo Freire, em abril de 1983**

Tivemos uma rara oportunidade, para aprofundar nossa prática educativa de modo a torná-la qualitativamente melhor. Paulo Freire aceitou desenvolver conosco uma semana de estudos e reflexões, tendo como centro das discussões os desafios de nossa experiência educativa.

Devo salientar que alguns de nossos destacados colegas de trabalho ausentaram-se daquela semana de estudos porque, talvez, enganosamente julgavam que o educador visitante viria apresentar um método de alfabetização de adultos. O próprio Freire lamentava o mal entendido da redução de seu pensamento educacional a um método de Alfabetização, em sentido restrito. O mal entendido, segundo ele (e isso parecia se repetir em Juazeiro), obscurecia o fato de que suas elaborações buscavam desenvolver uma compreensão geral da educação, de onde derivava, evidentemente, uma dimensão do método, a serviço dos fins que se pretendia alcançar.

A partir daquela semana de estudos em Juazeiro, aos poucos, pude compreender que estava diante de uma concepção original de diálogo educativo. Pude experimentar o que é ser estimulado a pensar com um educador que se reconhecia, com disposição de educando. Freire exercitava uma apropriação das conquistas teóricas do pensamento ocidental emancipador, mas incorporava, também as artes e astúcias das inteligências anônimas, as estratégias e sutilezas daqueles e daquelas que, desde tempos imemoriais, aprenderam a apropriar-se ativamente do mundo, pelo refinamento de uma capacidade de observação, de investigação e de ação coletiva. Em outras palavras, Freire incorporava em seu pensamento pedagógico as habilidades e astúcias dos oprimidos, desde quando eram capazes de transformar os sinais inscritos na natureza e na sociedade como referências para a indicação de etapas e de produção de oportunidades favoráveis, para chegarem às conquistas almejadas.

Dois casos pedagógicos apresentados por Freire, em Juazeiro, não por acaso, ilustram o que está sendo afirmado no parágrafo anterior. Na Guiné-Bissau, durante

a luta de libertação contra a colonização portuguesa, o comandante Amílcar Cabral aprendeu a animar suas tropas, constituídas de homens do campo, praticamente sem escolarização, desafiando-as a medir as etapas de luta e de conquista através dos ciclos da natureza. Uma das referências básicas para demarcarem os avanços da luta por conseguir era, por exemplo, o ciclo de floração de uma palmeira, planta típica daquela região. Em 1973, apesar do assassinato prévio de seu comandante, a libertação daquele povo se impôs.

Em outra experiência, trazida da Alemanha, um grupo de educadores tinha como objetivo reunir os imigrantes para que juntos pudessem lutar, pelos seus direitos trabalhistas, em terra estrangeira. Como esses imigrantes tinham dificuldades para defender coletivamente seus direitos, os educadores procuraram descobrir um caminho alternativo para sensibilizá-los. Inicialmente descobriram duas das iniciativas que os imigrantes mais apreciariam realizar. Em primeiro lugar, desejariam sentar-se à mesa com os alemães para tomar cervejas e conversar. Em segundo lugar, apreciariam jogar cartas.

A primeira aspiração parecia inviável, pelo lugar inferior destinado aos trabalhadores estrangeiros, responsáveis pelos serviços mais pesados. Os educadores investiram na segunda opção. Em primeiro lugar, aprenderam a jogar cartas, vindo a participar de seu convívio costumeiro. Com paciência, iam introduzindo nas conversas informais com os trabalhadores algumas questões importantes relacionadas a direitos trabalhistas, aos encaminhamentos de ação de seu interesse. Com o tempo, as questões puderam ser assumidas pelos emigrantes, de forma satisfatória. Freire nos convidava a redimensionar uma compreensão clássica de que os saberes relevantes para a vida e para a libertação não ganham densidade sem amizade, sem acolhimento dos estágios de compreensão, onde o educando se encontra situado.

Estes foram apenas dois dos muitos "casos pedagógicos" daquela semana, relatados por Paulo Freire, graças as suas andanças e aprendizados pelo mundo. Os exemplos trazidos, perfeitos para sobreviverem na memória, posteriormente serviam como convite, como uma forma de incentivo para abrir caminhos diante de situações desafiadoras. Hoje, estou certo de que aquelas verdadeiras parábolas pedagógicas

não eram gratuitas. Elas eram para ser lidas como um testemunho de vida<sup>3</sup>, do que pode ser inventado com astúcia e senso de oportunidade nos processos de troca de saberes, de experimentação e de risco.

Estou certo de que Freire estava atento às circunstâncias do trabalho, naquele contexto sertanejo. Estávamos distantes dos centros de pesquisas, das bibliotecas e das discussões teóricas mais elaboradas, sobre o que nos apanhava na experiência concreta. Assim, sem que saíssemos de onde estávamos, Freire, sabiamente, parecia oferecer uma fresta, uma alternativa possível. Isso passava pelo exercício de uma curiosidade, de uma gnosiologia capaz de levar em consideração, de modo crítico, o pensamento, as aspirações e limitações do outro, dos sujeitos da aprendizagem.

Aquela semana de abril não foi assimilada por mim tão prontamente. O itinerário que se abria ali, naquele momento, posso vê-lo, hoje, claramente, era para ser buscado, ao longo de toda uma vida. O convite, o testemunho de Freire, para uma leitura curiosa do mundo, passava por um modo de agir, por um estilo inconfundível de investigação e de contribuição personalizada. Aos poucos, comecei a rever algumas páginas da minha experiência educativa, naquele contexto sertanejo. Comecei a exercitar uma reflexão mais cuidadosa e deliberada acerca de alguns momentos inscritos, em minha prática de educação popular.

Em 1981, por exemplo, uma das minhas primeiras experiências com as comunidades rurais, em Campo Alegre de Lourdes, foi muito rica de significados. Experimentei uma situação elucidativa acerca da importância de uma atenção às ações dos sujeitos, dos destinatários de nosso trabalho educativo. Eu estava numa localidade rural do município citado, aguardava o almoço na casa de um agricultor. Tive a sensação de que este desejava comunicar-me algo, mas hesitava. O silêncio se estendeu entre nós até que aquele senhor tomou ânimo, levantou-se e foi até seu quarto de dormir buscar algo. Qual não foi a minha surpresa quando retornou com um rádio, ansioso por saber se eu tinha preparo suficiente para consertá-lo. Num instante, pude notar que o rádio devia estar fora de funcionamento há um bom

---

<sup>3</sup> Danilo Streck (2003,99) convida a notar que, no livro *Pedagogia da Autonomia* (op. cit.) ( traduzido para o inglês como *Pedagogia da Liberdade*), Paulo Freire apresenta um conjunto de saberes (ou feitos do próprio educador(a), que, com seu testemunho, pode ajudar os educandos a se tornarem autônomos(as). O primeiro é o saber de experiência.

tempo. Aquele senhor tinha muitas dúvidas acerca da bagagem de conhecimentos trazida por alguém da cidade, pensei comigo. Mas era recíproco o meu desconhecimento, em relação aos saberes das pessoas daquele universo camponês. Levei alguns anos para entender o que os sertanejos, vivendo distante dos centros urbanos, entregues a própria sorte, eram capazes de saber/fazer/oferecer. Freire ajudou-me a rever vários desses momentos de desencontro entre meu universo de referência e o universo de referência do outro, que eu pretendia servir.

Em 1988, eu estava coordenando alguns encontros de capacitação de alfabetizadores de jovens e adultos, em Canudos, Bahia. Estávamos vivendo aquela etapa na qual os(as) futuros alfabetizadores(as) buscavam investigar os temas para compor o material básico para o programa de alfabetização. Obtivemos uma grande riqueza de informações em torno de eixos temáticos como: costumes, trabalho, tradições religiosas, festas, formas de convívio, manifestações artísticas etc.

Havia uma animação no grupo, uma euforia das pessoas em transitar oralmente pelo que compunha seu universo de vida e de realizações. Talvez tivesse sido aquela a primeira oportunidade, em vida, para verem o conjunto de suas ações no mundo. Mas, algo importantíssimo havia ficado de fora das exposições dos educadores locais. Não havia sido registrada uma manifestação sequer sobre a retomada da memória do arraial de Belo Monte, da liderança de Antônio Conselheiro e da guerra de Canudos. Não havia qualquer menção, nesse universo recomposto durante nosso trabalho, sobre a construção do açude do Cocorobó pelos militares, nem sobre a relocação da cidade de Canudos. Era como se tivessem ficado sem efeito os, pelo menos, três últimos anos, através dos quais a equipe paroquial e os movimentos populares da região criavam momentos concretos, para redimensionar a experiência trágica do arraial de Belo Monte.

O momento era de perplexidade. Aquele olhar das pessoas sobre as heranças do passado, sobre as preocupações do presente não encontravam lugar para a tragédia de Belo Monte, ou mesmo para o esforço mais recente de recuperação daquelas feridas do passado. Decidi oferecer uma oportunidade para que os participantes pudessem se manifestar. Perguntei se, por acaso, eles não haviam esquecido algo importante sobre a vida e a cultura do lugar. Fez-se um silêncio.

Voltei a insistir: "você têm certeza de que não se esqueceram de algo importante?" Novamente o silêncio. Aguardei mais um pouco... Finalmente perguntei: "Onde fica o lugar da experiência de Antônio Conselheiro e de seus seguidores? Onde fica a Canudos velha?" Havia um senhor, sexagenário, participativo, que acompanhava nossas atividades. Ele foi o primeiro que reagiu: "Ah! Que as barrancas do rio ia virar cuscuz e as águas virar leite." Por quanto tempo o poder das armas e de todo tipo de violência sufocava a força da utopia, ainda presente no coração das pessoas daquele lugar?

### **Quando uma semana alimenta uma vida de indagações, projetos e apostas**

Aquela semana de estudos com Freire foi marcante porque não nos distanciava do território possível de nossas ações. O que mudava era a forma de cultivar a curiosidade e de ampliar horizontes de compreensão pedagógica. O que se acrescentava era o exercício da astúcia na leitura de mundo, arma dos fracos. O clima de estudos era de um desafio constante. Era um convite para aprender a conduzir uma investigação aberta e atenta aos pormenores reveladores. Paulo Freire nos levou, naquela semana, em direção a uma ação educativa na qual há a precedência do aprender sobre o ensinar. Suponho que aí esteja um grande manancial que alimenta a pedagogia do oprimido e os caminhos mais fecundos da educação popular. Durante milhares, senão milhões de anos, a sociedade de caçadores(as) e coletoras(es) desenvolveu sua sociabilidade basicamente em torno das iniciativas de quem está disponível para aprender. Freire, melhor do ninguém, ajudou-nos a dimensionar por onde passam os ganhos irrefutáveis da civilização e da cultura. As conquistas, humano-sociais, são devedoras do aprender, porque o ensinar só pode ser resultado do aprender, que deu certo. Esta compreensão acerca do lugar do aprender na vida e na sociabilidade desponta como uma grande e decisiva discussão, para o terceiro milênio.

Paulo Freire, como nordestino, como brasileiro, como cidadão do mundo, oferecia-nos, em Juazeiro, a riqueza de um pensamento educacional, capaz de uma articulação preciosa entre o pensamento ocidental progressista e as astúcias dos

saberes que emergem da arte de viver, possível aos mais humildes dos homens e das mulheres. O educador pernambucano chegou a um pensamento educacional original, quando foi capaz de associar os pressupostos da pedagogia e a capacidade humana viva, para a investigação e a invenção do que não é fornecido nos livros.

Coerente com essa convicção, Freire propôs uma docência discente ou, mais precisamente, uma discência docente. Esta disponibilidade humana, para estar aprendendo sempre, é uma tarefa que tardamos a assimilar de modo pleno, pois temos sido submetidos, sistematicamente, a uma cultura docente que Freire denunciou, muitas vezes, como autoritária e estacionada em suas certezas.

Freire, em *Pedagogia da Autonomia* (1997), apropriou-se com desenvoltura, do termo discência que, sintomaticamente, encontra-se ausente na quase totalidade dos nossos dicionários. Quando ele faz isso nega uma concepção docente acabada, dicotomizada da ação de aprender. Na sua perspectiva, o aprender não se reduz a certo vazio desdobrável da diretividade do fazer docente. Freire é explícito quando reconhece que o ensinar é um resultado do aprender que deu certo, de modo que o aprender não apenas precede o ensinar, mas dilui o ensinar na experiência inesgotável e inaugural do aprender.

Transcorridos, mais de 30 anos completos, daquela semana de estudos com Freire, em Juazeiro, Bahia, a discussão que apresento tem um sentido especial para mim, afinal, o conteúdo genuíno da educação é aquele que sobrevive em nós, depois de tudo o que se perdeu. Mas, como esquecer aquele desafio para que cada participante pudesse identificar problemas, refinar seus questionamentos em busca de saídas criativas? Como esquecer aquele esforço coletivo que fizemos, avançando teoricamente a partir do exame das práticas e do que estas, muitas vezes, não entregam facilmente aos agentes envolvidos? Como esquecer o convite para aprendermos a tirar lições de experiências e circunstâncias aparentemente distantes, mas, sugestivas pelas habilidades mobilizadas e pelas soluções inteligentes encontradas?

Entendo hoje que Paulo Freire, em Juazeiro, nos colocou diante de uma concepção geral de educação, capaz de provocar atitudes dialogais, senso de atenção, de observação, de mobilização de saberes e conhecimentos contra todas as formas de

opressão e domínio do humano sobre o humano. A pedagogia do oprimido é um convite para retomarmos o que a humanidade praticou, ao longo de toda a sua multimilenar trajetória de sobrevivência no planeta: partilha de experiências; disponibilidade para aprender sempre e boas doses de criatividade, para uma não rendição diante dos obstáculos, por maiores que sejam.

## DIALOGUES WITH PAULO FREIRE IN JUAZEIRO, BAHIA: *memories from april 1983*

**Abstract:** In this work, after more than thirty years, I go back to a week of studies of which I took part with other educators under the coordination of Paulo Freire, in Juazeiro, Bahia, April 1983. These studies in Juazeiro were marked by a context of droughts, social struggles, beliefs and aspirations for justice and citizenship, towards the end of Brazil's Civilian-Military Dictatorship. At that time, popular movements and grassroots work gained momentum. During that week of studies we examined education practices and political confrontation against those who had political power, vast land estate, businesses and schools. As a citizen of the world, Freire told of many successful cases, tried in Guinea-Bissau and Germany, among other countries. In these cases, what prevailed was the versatility of human intelligence, with its capacity to propose solutions and to creatively reach right decisions. The cases presented by Freire were critical to make us learn, little by little, how to handle unheard-of problem situations.

**Key words:** The 80s. Popular education. Dialogue of knowledge. Learning.

### REFERÊNCIAS

SINGER, Paul; BRANT, Vinícius C. (org.) **São Paulo: o povo em movimento**. São Paulo: Vozes, CEBRAP, 1982.

FREIRE, Paulo. ***Pedagogia do Oprimido***. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. ***Cartas à Guiné-Bissau***. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_. ***Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido***. 2ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1997

\_\_\_\_\_. ***Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa***. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1997.

GONÇALVES, Luiz Gonzaga. ***Leituras Indiciárias e Artimanhas da inteligência: os saberes imemoriais e sua reinvenção no universo do aprender humano***. Piracicaba.

Universidade Metodista de Piracicaba, Faculdade de Educação. Doutorado em Educação. 2003.

SOUZA, José Rodrigues. Entrevista para os Anais de N.S. do S. C. dos Missionários do Sagrado Coração. In CAMINHAR JUNTOS. **Boletim Informativo da Diocese de Juazeiro**. 1982. p. 1-11.

STRECK, Danilo R. **Educação para um novo contrato social**. Petrópolis. Vozes. 1993